



EDUCAÇÃO SEXUAL, UM MÉTODO CONTRACEPTIVO EFETIVO. COMO POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS AFETAM OS ÍNDICES DE NATALIDADE ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Isadora de Souza¹

RESUMO: Utilizando-se do método dedutivo, objetivando identificar se as problemáticas da implementação de políticas públicas de educação sexual no Brasil afetariam diretamente as taxas de natalidade da população infanto-juvenil. Assim sendo, o objetivo final da pesquisa é responder à questão: “a falta de políticas públicas voltadas a educação sexual afeta as taxas de natalidade entre Crianças e Adolescentes?” De tal maneira, a introdução traz a abordagem sobre as políticas públicas voltadas educação sexual em um prisma histórico, tratando do seu desenvolvimento de maneira abrangente, reduzindo-se a *posteriori* ao âmbito nacional. Uma vez construída uma linha lógica de acontecimentos, percebe-se que a educação sexual se depara com a tecnologia e dissipação de informação em larga escala em razão da globalização. Razão pela qual, no título 2 a temática abordada é o alcance efetivo dessa informação entre crianças e adolescentes, fazendo-se uma concatenação dicotômica entre o alcance da informação que chega ao público jovem pelos meios digitais e a problemática ocasionada por eventual déficit da mediação do estado com políticas públicas eficazes. Por fim, buscando findar a celeuma, elencam-se, então, as políticas públicas educacionais presentes na CRFB/1988 fazendo-se, nas considerações finais, a conclusão teórica alçada.

Palavras Chave: Educação; Sexualidade; Natalidade.

ABSTRACT: Deploying of a deductive method by a descriptive research, the following article meant to identify the problematics of public policies when it comes to the implementation of those that target Sex Education in Brazil, and if it affects, directly or not, the numbers of Teen Pregnancy. Therefore, the final goal of the research is to answer the question: “is the number of Teen Pregnancy directly related to the implementation of the public policies that focus on Sex Education?”. Insomuch, the introduction approaches the Sex Education public policies historically, considering its development of a comprehensive manner reducing to a *posteriori* in a national perspective. Once having the logic line of the events, it occurs that the Sex Education has to face the technology and the information’s dissipation in a big scale by reason of the globalization. The reason of, in the second topic of the article, the theme approached is the effective reach of the

¹ Graduanda do Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI Campus/BC, e-mail: isadora_souza@edu.univali.br.



information among children and teenagers, making a concatenation dichotomic between the information that gets to the young population in the media and the problematic caused by the casual deficit of the public policies' states' mediation. At the end, to finish the excite, were presented, in a list, the public policies focused on the Education in the Brazilian Constitution (CRFB/88) making, in the final considerations, a theoretical conclusion of the facts.

Keywords: Education, Sex, Health, Natality.

Introdução

O objeto da presente pesquisa perfaz-se na análise de como as políticas públicas educacionais precisam se adaptar às novas necessidades da sociedade moderna, principalmente em esfera nacional.

Pretende, também, demonstrar aspectos da evolução das políticas educacionais trazidas por tratados, acordos e convenções que foram firmados internacionalmente e se mostraram eficazes em países de todo o globo.

Tendo em vista que o objetivo da educação tem relação com a formação da sociedade futura, tanto no que tange a estrutura da sociedade, quanto em se tratando do *status* da saúde brasileira, a busca lúcida de metodologias de ensino aplicáveis ao contexto atual se apresenta relevante nos tópicos subsequentes.

O estudo, compreende, ainda, a influência de aspectos externos aos da educação, como a mídia que gera uma espécie de confusão na informação que chega até a sociedade de maneira geral, intervindo de maneira prejudicial na população infanto-juvenil, que por sua vez não possui formação de conceitos sólidos para distinguir as informações que lhes atingem.

Explicita-se então, que a equalização desses contextos é de vital importância para a estruturação legislativa aplicável, com vistas a reduzir a desinformação que atinge e prejudica a formação dessa geração futura, uma vez que o descontrole da natalidade entre crianças e adolescentes representa verdadeira negligência do estado à proteção dos seus direitos e garantias fundamentais.

Assim, a problemática das políticas públicas educacionais no Brasil e em países da América Latina mostra-se latente por muito tempo, a preocupação com a



educação, de fato, mostrou-se presente nos governos da América Latina por volta do ano 1990. Os países latinos incumbiram em solucionar ou amenizar esses problemas quando tornaram-se signatários de tratados e acordos internacionais/mundiais. O maior esforço feito foi para ampliar o acesso a educação, e mesmo com a ampliação desse direito, contido nos textos legislativos desses Estados, a educação ainda é defasada ocasionando diversos problemas sociais como os trazidos pela pesquisa.

1 Aspectos históricos das políticas públicas de educação sexual.

A educação sexual passou a ser reconhecida a partir do séc. XX, com o ápice do controle epidemiológico, na busca de acabar com as doenças sexualmente transmissíveis. Em um primeiro momento prevaleceram-se os discursos religiosos de cunho repressivo, relacionando a sexualidade e a moral religiosa. Posteriormente surgiu a questão sexual pelo caráter higiênico, por conta das estratégias de saúde pública que foram intentadas pelos Estados (FURLANETTO, 2018).

O fim da II Guerra Mundial trouxe uma nova concepção de mundo aos jovens da época. Foi um período de intensas transformações sociais, com quebra de valores sociais considerados importantes até aquele momento, o que fez com que jovens relacionassem o uso do corpo como símbolo da liberdade, enquanto o sexo, sendo adotado como uso do corpo em sua totalidade, foi o maior símbolo de liberdade estabelecido pelos jovens. Com o apogeu do feminismo, houve um avanço de discussões políticas a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos, as discussões acerca de sexualidade se ampliaram para além do caráter biológico, o que veio a dar influencia a abertura de uma visão do sexo aliado a saúde física e mental (KELLER, 2004).

Fatos históricos como este e muitos outros, trouxeram as jovens a idealização de que engravidar poderia significar independência e liberdade, e isso evidencia a problemática causada pela falta de iniciação da educação sexual nas escolas e nos serviços públicos, em um âmbito mundial (FURLANETTO, 2018).

Tendo a visão mundial de que as jovens mulheres buscavam por independência e liberdade, e a gravidez poderia libertá-las de certa forma, tem-se o



contexto da falta da educação sexual como causadora desses pensamentos e atitudes das jovens da época.

Após isso, enfatizou-se a necessidade de o Estado facilitar o acesso às informações relativas à saúde sexual e reprodutiva, por meio de políticas públicas, e abordar questões com relação ao planejamento familiar e métodos contraceptivos, em documentos produzidos nas conferências realizadas em Cairo e Pequim, no ano de 1990. Tais documentos, ainda, abordaram assuntos como direitos humanos, liberdade sexual, saúde e educação, inclusive expôs o aborto seguro (conforme a Legislação adotada por cada país) e a ideia de serviços obstétricos (XAVIER, 2016).

O impacto causado na vida das crianças e adolescentes por conta das conferências foi muito significativo, já que houve o reconhecimento de que a sexualidade está presente no ser humano desde a infância, sendo assim a escola foi considerada o lugar ideal para políticas e projetos que garantam esses direitos reprodutivos e sexuais de seus alunos (GAVA, 2016).

O fator predominante da educação sexual seria o fato de a escola estar presente na vida do aluno para moldar seus conhecimentos adquiridos no meio familiar e levar conhecimentos técnicos e projetos que garantam os direitos desses novos cidadãos.

Com o decorrer dos anos, a América Latina teve a segunda maior taxa de gravidez na adolescência no mundo, ficando atrás somente da África Subsaariana, informação divulgada em relatório da OPAS, Organização Pan-Americana de Saúde, a qual recomenda implementação da educação sexual nos Estados e o maior uso de contraceptivo para melhorar o cenário atual. A América Latina e o Caribe são as únicas áreas do mundo que registram a tendência de crescimento de gestações entre adolescentes com menos de 15 anos de idade, o que gera ainda maior risco para saúde, fazendo com que a preocupação mundial aumente, no que concerne a essas áreas (GLOBO, 218).

Vivemos na região do mundo com a segunda maior taxa de gravidez na adolescência. A América Latina e o Caribe são as regiões onde a maternidade entre as meninas com menos de 15 anos de idade mais cresce no mundo. São mais de 2 milhões de meninas, todos os anos, que se transformam em cuidadoras, abandonam a escola, interrompem outros sonhos, exceto os da maternidade ou do casamento (DINIZ, 2019).



Na América do Sul, o Brasil tem a sétima maior taxa de gravidez na adolescência, empatando com Peru e Suriname. A demanda desses países, por serviços de saúde, incluindo planejamento reprodutivo, pode vir a trazer consequências como enfraquecimento das economias e até mesmo sabotar o progresso já alcançado no que se trata da eliminação da pobreza. (ONU, 2019)

Tendo um espectro maior no que se trata a educação sexual e o planejamento reprodutivo das adolescentes, há a dependência da segunda com relação da primeira, assim o planejamento reprodutivo que se espera de adolescentes viria com a educação sexual, que atualmente é vaga ou inexistente no Brasil (MARANHÃO, 2019).

Ao analisar-se o prisma nacional, percebe-se a necessidade de fazer valer políticas públicas para que as consequências de uma educação sexual não efetivada não afetem o futuro do país quando se fala em cumprir o prescrito no art 3º, inciso III, da CRFB/88, no tocante a redução das desigualdades e erradicação da pobreza.

1.1 Evolução das políticas voltadas a educação sexual no brasil

Com registros de trabalhos referentes a educação sexual em escolas desde 1920, o assunto se expandiu no país a partir de 1970, por conta dos grandes movimentos feministas e grupos de controle de natalidade os quais surgiram e se mostraram visíveis em 1960. A partir desses movimentos, houve uma reformulação do papel da escola na vida das crianças e adolescentes, com o repensar dos conteúdos por elas trabalhados (BRASIL, 2017).

Com a instauração do governo militar no Brasil, esse abrasamento com relação a educação sexual foi extinto (SILVA, 2009).

Devemos considerar que o período da ditadura militar, e a conseqüente repressão e censura, afetaram também o desenvolvimento de uma política pública que estabelecesse os princípios básicos para nortear a Educação Sexual no Brasil. Segundo apontavam as pesquisas realizadas por Fúlvia Rosenberg, vinculada à Fundação Carlos Chagas, no início da década de 1980 poucos estudos eram realizados no campo da Educação Sexual no Brasil. Essa carência, em termos de pesquisas, pode ser mais um indício das limitações impostas pela repressão (MELO, 2014).

Ainda no Governo militar, em 1971, a lei 5692/71 alterou as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e instituiu o Ensino de graus, 1 e 2 (conhecidos atualmente



e respectivamente por ensino fundamental e ensino médio), a mesma tornou obrigatória a inclusão de programas de saúde no currículo escolar, o que levou as escolas a tratar de questões ligadas a sexualidade humana, ainda que a questão da sexualidade em si não estivesse sendo tratada. Em 1978, o MEC se posicionou contrariamente à educação sexual no espaço escolar. No decorrer dos anos seguintes, houve uma grande demanda de profissionais da área da sexualidade por partes das escolas por conta da grande incidência de gravidez indesejada entre os adolescentes e da grande preocupação da infecção pelo HIV (BRASIL, 1997).

Em geral a educação sexual estaria ligada com a complementação da educação provinda da família, assim sendo as escolas passariam a complementar a informação provinda de casa, exaltando a escola, ainda mais, como lugar familiar.

No ano 1993, uma pesquisa do Instituto Datafolha, constatou que 86% das pessoas ouvidas eram favoráveis a inclusão da Orientação Sexual nos currículos escolares. Tendo em vista que os anos se passaram e a sociedade atual é mais moderna que a dos anos 1990, há a hipótese de a sociedade atual achar tão importante a Educação Sexual atualmente quanto foi comprovada em 1993. Em 1996, foi aprovada a terceira lei mais recente com relação a educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que deu origem aos Parâmetros Curriculares Nacionais com o objetivo de ajudar as escolas na reformulação das propostas pedagógicas, visando melhoria de prática e coerência nos investimentos que estavam sendo desenvolvidos na área da educação. Nos dez cadernos em que o PCN se organiza, encontra-se um voltado a educação sexual, o qual tem o objetivo de tratar da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas (BRASIL, 1997).

Essas matérias estariam interligadas muito mais com as preocupações diárias do cidadão que participa, ou supostamente participa, da democracia e são muito úteis na vida das pessoas, independente das qualificações e carreiras que as mesmas irão seguir.

De acordo com o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, em 1999, 28% do total de partos realizados no país, 704 mil, foram de mães com idade de 10 e 19 anos (SILVA, 2009).



Esse posicionamento do Brasil como o país com a sétima maior taxa de gravidez na adolescência é uma das questões sociais que demandam posicionamento em favor de transformações que garantam a todos a dignidade e a qualidade de vida, previstas pela Constituição brasileira pois, no decorrer dos anos com a modernização do estado e a evolução dos meios de informação e até mesmo políticas internas adotadas pelo governo brasileiro, como o Programa Saúde da Família, o número de grávidas passou de 704 mil em 1999, para cerca de 489 mil, em 2015, tendo queda de 35% (MARTINS, 2017).

Atualmente, os conceitos relacionados à sexualidade são também socioculturais. A exploração comercial, a propaganda e a mídia em geral, tem efeitos de uso abusivo da sexualidade, impondo valores discutíveis e transformando a sexualidade em objeto de consumo (BRASIL, 1997).

O uso de valores duvidosos gera dificuldades na conscientização dos jovens ao que se trataria a sexualidade ou a educação sexual e dúvidas de como tratar de sexo dentro da sociedade.

2. Consequências da desinformação sobre sexualidade entre crianças e adolescentes.

O objetivo da Orientação Sexual é possibilitar a abordagem de diferentes assuntos os quais a mesma pode trazer, variando com relação à faixa etária, a cultura regional e fatos contemporâneos; porém, sem mensurar qualquer um destes conteúdos e/ou culturas, muitos assuntos são apreciados pela mídia diariamente; uma mídia que lucra com atos obscenos expostos em horários inadequados (ARAÚJO, 2019)

Os temas que envolvem sexualidade refletem preocupações e ansiedades dos jovens com relação ao que eles veem, leem e ouvem ou até mesmo aos temas postos em ordem diária por novelas; tudo isso desperta a curiosidade da cabeça infanto-juvenil, o que cria uma demanda efetiva de conhecimento e debate, principalmente para que isso não se reflita como uma realidade negativa na vida daqueles jovens (BRASIL, 1997).



Dentre os meios de conhecimentos mais usados como meios de informação sobre sexualidade entre crianças e adolescentes, na ausência dos pais, estão: a mídia televisiva, a análise e observação de acontecimentos que os rodeiam, e seus amigos. Esses jovens, ao buscarem respostas de forma independente, encontram as respostas de forma inadequada, muitas vezes encontrando imagens, cenas, com fortes conteúdos sexuais, como músicas e vídeos com forte teor sexual, nocivos para o desenvolvimento do público infantil (ARAÚJO, 2019).

Dessa forma, o Brasil estaria se auto expondo como uma sociedade líquida, sem bases sólidas, onde tudo é permitido e os direitos da infância são contrariados, com a superexposição infantil. A sociedade não vê problema em promover a erotização de crianças, ou nas mesmas estarem desempenhando um papel de cunho sexual na mídia. Quando há a colocação de uma criança em uma posição de exposição, praticando cenas eróticas, cantando músicas com teor sexual, sendo destinadas a um público infantil, tem-se que todas as crianças daquele meio estão vulneráveis a certo prejuízo moral, pois sua integridade psíquica está sendo abalada, com um desenvolvimento sexual precoce e desorientado (ARAÚJO, 2019).

Destarte, a educação sexual se colocaria como grande mediadora entre esses futuros jovens e a exposição a uma vida sexual saudável, mais especificamente, um planejamento reprodutivo correto, não expondo crianças a uma radical apresentação ao sexo, com um turbilhão de informações conturbadas e as quais podem ser mal interpretadas, como vê-se as informações postas pela mídia atualmente. As crianças têm o direito de vivenciar uma fase da vida a qual comporta saberes para o desenvolvimento humano. Criança precisa brincar, estudar, ter pais presentes e uma sociedade que apoie seu desenvolvimento com a dignidade humana a que tanto se defende.

3. Políticas públicas e o direito a educação

O processo educativo tem como característica despertar a consciência humana para ter certeza das mudanças que ocorrerão no mundo, para que gere uma naturalidade nas transformações que ocorrerão nas realidades dos indivíduos. E por meio dessa consciência, seriam criadas condições elementares para um



Combinando os dados retirados de uma breve análise feita dos artigos anteriores da CRFB/1988, há a colocação do Estado em deter o dever de garantir direitos a crianças, adolescentes e jovens, apresentando programas de assistência integral a saúde dos mesmos como um dever, apresentando a educação que promoverá desenvolvimento e preparo para o exercício de cidadania como objetivo da implementação de suas políticas públicas.

Assim sendo, a educação entra na vida das crianças e adolescentes não somente como um dever do Estado, mas um direito garantido pelo mesmo, que visa estruturar as novas gerações que se desenvolverão no futuro do país. Por isso quando se trata de educação, mais especificamente da educação sexual, tem-se a possibilidade/hipótese de que a mesma é essencial para o desenvolver dessas novas gerações nos âmbitos social, estrutural e financeiro.

Outra preocupação latente é a que a população mais pobre tem sido a principal vítima da desinformação e da dificuldade do acesso ao (quase sempre) deficiente serviço público de saúde. Isso obstaculiza as pessoas ao exercício pleno da cidadania. Mais especificamente, nesses casos, as crianças e os adolescentes e as futuras mulheres que tem suas saúdes afetadas (CARVALHO, 2005).

Nesse contexto, o trabalho de orientação e educação sexual auxilia na prevenção da gravidez indesejada, conduzindo debates sobre contracepção, conhecimento de métodos anticoncepcionais, e a disponibilidade destes, ampliando a percepção sobre os cuidados necessários para evitar e mensurar uma gravidez na adolescência, proporcionando às crianças uma responsabilidade maior sobre suas ações, e ainda, em casos mais específicos citados anteriormente, apresentando a gravidez como algo não saudável na adolescência, algo que não trará independência e responsabilidade por si só (BRASIL, 2005).

A finalidade geral da educação sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade, além disso o tema caminha com o exercício da cidadania, na medida em que propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao próximo, e contribui para garantir direitos básicos às crianças, como saúde, informação e conhecimento, elementos fundamentais para a



formação de cidadãos responsáveis, conscientes de suas capacidades e que se desenvolveram com dignidade humana (BRASIL, 2005).

No país, desde os anos 2000, programas voltados para a formação de professores estão sendo criados para que atendam aos objetivos de uma Orientação Sexual. Há os programas do governo federal como “Brasil Sem Homofobia” (2004), “Gênero e Diversidade na Escola” (2006) e “Saúde na Escola” (2007). Mesmo com a existência de programas voltados para a sexualidade infanto-juvenil, há a ausência de iniciativas substanciais e continuadas que partam dos estados e municípios, assim como do MEC, que deveria se preocupar com o objetivo de formar professores que atendam as necessidades da educação sexual como um todo (MARANHÃO, 2019).

Nesses moldes, percebe-se a necessidade de que profissionais que transmitem o conhecimento aos jovens detenham do conhecimento necessário para passar adiante a informação como ela é, sem teor influenciador. Pois, assim sendo, não haveriam problemas nas iniciativas de ensinar sobre o sexo nas escolas, já que isso se referiria única e exclusivamente à uma educação sexual como política pública educacional.

3.1. Objetivos das políticas públicas educacionais

Considerando as políticas públicas de educação sexual como instrumento que objetiva a prevenção da gravidez na adolescência, além de doenças sexualmente transmissíveis, necessita-se que as escolas passem a adotar posturas didáticas eficientes para que os alunos sejam capazes de contemplar fatores primordiais de conhecimento e para que, quando necessário, adote práticas de sexo protegido, desde o início de sua vida sexual, evitando contágio por doenças sexualmente transmissíveis e gestações indesejadas, procurar orientação para adotar o uso de métodos contraceptivos, bem como desenvolver a consciência crítica para que os alunos possam tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade (BRASIL, 2005).

Há também a necessidade de abordar questões não levantadas pelos alunos, como o esclarecimento de mitos relacionados aos desejos sexuais e a gravidez. A apresentação do papel do homem na decisão de ter filhos, a importância dos cuidados da saúde em uma gestação. Isso tudo pretende contribuir para a superação dos tabus e



da falta de informação que levam adolescentes a tomarem as decisões errôneas para determinada época da vida. Adolescentes que decidem ter filhos quando não estão preparadas, não tem independência nem responsabilidade suficiente para a criação de uma família. Pior ainda, não tem a responsabilidade, ou a informação necessária, para que possam tomar essas decisões sabendo de suas consequências (BRASIL, 2005).

Através de uma disciplina escolar que orientasse essas alunas e alunos quanto às decisões que lhes cabem tomar em determinadas fases de suas vidas, apresentando-lhes respostas às suas dúvidas e responsabilizando esses menores, seria possível que os mesmos pudessem reger suas vidas sexuais com responsabilidade e conhecimento.

4. Considerações finais

Com a perspectiva de que o índice de gravidez na adolescência crescerá na América Latina, e de que o Brasil está entre os sete países com maior taxa de natalidade entre adolescentes na América do Sul, há uma grande preocupação de que isso afete o progresso já alcançado rumo ao cumprimento do ODS, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. A demanda não atendida de um planejamento reprodutivo pode afetar a economia do país, além de afetar a saúde dessas futuras jovens mães (BRASIL, 2017).

Temos então a premissa de que as escolas deveriam trazer a informação necessária para assimilar com as demais percepções e estímulos trazidos de casa e da mídia com a informação servindo de filtro para um desenvolvimento saudável e emancipador de cada indivíduo, de modo a efetivar o texto constitucional que norteia todo o complexo normativo no Estado brasileiro. (DIAS, 2015).

Assim, hipótese da pesquisa, de que a educação pode influenciar na taxa de gravidez na adolescência foi confirmada, pois a natalidade entre crianças e adolescentes pode ser diminuída com a efetivação da implementação de políticas públicas de educação sexual nas escolas



II SEMINÁRIO
INTERNACIONAL EM
DIREITOS HUMANOS
E SOCIEDADE
IV Jornada de Produção
Científica em Direitos
Fundamentais e Estado



GAVA, Thais; VILLELA, Wilza Vieira. **Educação em dexualidade: desafios políticos e práticos para a escola.** Rio de Janeiro, 2016. p.167.

GLOBO. **América Latina tem 2ª maior taxa de gravidez na adolescência no mundo.** 2018. Disponível em: <<https://glo.bo/30Uo786>>. Acesso em: 03 maio 2019.

KELLER, Evelyn Fox. **What impact, if any, has feminism had on science?** Journal of Biosciences, 2004, p. 17. [Tradução: Maria Luiza Lara; Revisão: Valter Arcanjo da Ponte e Kikyo Yamamoto]. Disponível em: <<https://bit.ly/2W1Opq2>>. Acesso em: 26 maio 2019.

MARTINS, Helena. **Pesquisa da ONU alerta para alto número de gestantes adolescentes no Brasil.** 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2yzR6mi>>. Acesso em: 03 maio 2019.

MARANHÃO, Fabiana. **Educação sexual nas escolas é menor do que imaginamos.** 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2HP4maz>>. Acesso em: 29 maio 2019

MELO, Claudia Ferreira de. **A constituição do sujeito de desejo na figura do adolescente: discurso da educação sexual na ditadura militar no brasil**1. Xiv Encontro Regional de História: Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2014. Disponível em: <<http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/281.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

XAVIER, A.k.; ROSATO, **Mulheres e Direitos: Saúde Sexual e Reprodutiva a Partir das Conferências da ONU.** Revista Ártemis, p.116-130, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15668/1807-8214/artemis.v21n1p116-130>>

ONU. **Brasil tem sétima maior taxa de gravidez adolescente da América do Sul.** 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2JFf6dv>>. Acesso em: 03 maio 2019.

SILVA, Ivanilza de Oliveira; SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de; ROCHA, Walkyria de Fátima. **Educação sexual e gravidez de adolescentes: significados construídos por docentes do curso de formação de professores em uma escola pública do Rio de Janeiro, Brasil.** Revista Electrónica de Enseñanza de Las Ciencias, Rio de Janeiro, 2009.

VIEIRA, Priscila Mugnai; MATSUKURA, Thelma Simões; VIEIRA, Camila Mugnai. **Políticas públicas e educação sexual: percepções de profissionais da saúde e da educação.** Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis, 2017. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2017v14n3p69>>.